



à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.

b. **Caixa e Equivalentes de caixa**- Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. **Investimentos**- Os investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio líquido apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

d. **Imobilizado**-O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificada indicadores de perda de valor, imediatamente é constituído provisão para perdas.

e. **Propriedades para investimentos** - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

f. **Ativo Diferido**- refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.

g. **Intangível**- Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

h. **Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais**- são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.

i. **Regime de apuração do resultado**- O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

j. **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k) **Lucro/Prejuízo por ação** - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

l) **Dividendos**- O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

m) **Os resultados abrangentes**-contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

n) **Reserva legal**- constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

o) **Redução ao valor recuperável de ativos**- A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Bancos contas movimento

Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2018	2017
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	2.477.635	1.386.809
<b>TOTAIS</b>	<b>2.477.645</b>	<b>1.386.819</b>

#### 5. Contas a receber

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2018	2017
Governo do Estado de Goiás - CDSA (a)	0,00	3.850.000
Valores Bloqueados Judicialmente	220.320	207.412
<b>Contas a Receber</b>	<b>220.320</b>	<b>4.057.412</b>

#### 6. Impostos a recuperar

	2018	2017
IRRF s/ Aplicação Financeira (a)	523.488	505.092
<b>Total</b>	<b>523.488</b>	<b>505.092</b>

(a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

#### 7 Investimentos

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2018	2017
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171	6.000.000
Propriedades para Investimento (9.2)	6.000.000	-
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>229.068.171</b>	<b>6.000.000</b>

#### (7.1). Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio líquido apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

Alem disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por "Equivalência Patrimonial" conforme a legislação em vigor.

#### Resumo dos Investimentos em Participações Societárias e Controladas e Coligadas

Empresa	2018	2017	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
<b>Total</b>	<b>223.068.171</b>	<b>223.068.171</b>	

#### 7.2.) Propriedades para Investimento

	2018	2017
Terrenos	6.000.000	6.000.000
<b>Propriedades para Investimento</b>	<b>6.000.000</b>	<b>6.000.000</b>

A propriedade para investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

• 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A., pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:  
 "01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, escritura pública lavrada no cartório de notas de Goiânia, livro 704 fls. 89/91 V, registrado no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folha 01 RI 33345 delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740,021 m<sup>2</sup>.  
 Referido imóvel até o final de 2018 não havia sido transferido em cartório para a Goiaparcerias.

#### 8. Imobilizado/Intangível

Descrição	2018	2017
Equipamentos de Informática	20.581	20.581
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(18.745)	(17.475)
<b>Total</b>	<b>3.810</b>	<b>5.080</b>

#### 9. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Honorária Diretoria	109.000	63.600
Honorário Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorário Conselho Administração	25.200	25.200
Outros Serviços	63.364	52.501
INSS	48.207	39.202
IRRF	49.089	39.358
<b>Total</b>	<b>305.660</b>	<b>230.661</b>

#### 10. Impostos e contribuições a recolher

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

	2018	2017
Pis/Cofins s/ Serviços P.J	78	75
ISSQN	58	71
IR a recolher	-	-
CSLL a recolher	-	-
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>146</b>

#### 11. Patrimônio líquido

##### a. Capital Social

##### • Capital Subscrito

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas - AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$. 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

##### • Capital Integralizado

Em 31/12/2018 o capital integralizado da Companhia é de R\$.352.591.834,88 restando R\$ 41.741.244,15 (Quarenta e Hum Milhões, Setecentos e Quarenta e Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Quinze Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais

##### b. Reserva Legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

##### c. Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2015 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

#### 12. Despesas Administrativas

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2018	2017
Pessoal	2.058.368	2.182.080
Serviços de Terceiros	450.051	391.261
Despesas com Editais e Publicações	23.145	25.423
Outras Despesas	370.473	159.815
<b>Total</b>	<b>2.902.037</b>	<b>2.758.579</b>

#### 13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras são compostas de rendimentos de aplicações financeiras/depósitos judiciais e de despesas bancárias em bancos oficiais.

#### 14. Remuneração dos diretores e empregados

a) Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente legislação pertinente.

b) A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

#### 15. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

##### i. Risco de crédito

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

**ii. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

**16. Outras informações**

**a) Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

**b) Eventos subsequentes**

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2018 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Goiânia, 12 de Abril de 2.018

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

**EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA** – Diretor Presidente  
**ROBSON LATALIZA FRANÇA** – Diretor Vice Presidente  
**ROBSON RODRIGUES LIMA** – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores  
**ROMULO MARTINS DE CASTRO** – Diretor Técnico  
**PEDRO JOSÉ ALVES TORRES** – Diretor Administrativo e de Regulação  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**  
**BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA** – Conselheiro – Presidente  
**LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA** – Conselheira – Vice Presidente  
**EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA** – Conselheiro  
**ARTUR CIRO CESAR NETO** – Conselheiro  
**ELIZABETH LUCENA** – Conselheira

**GISELE BARRETO LOURENÇO** – Conselheira  
**ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO** – Conselheira  
**LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA** – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO

**6 – RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Acionistas, Conselheiros e Diretores da**  
**COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOÍAS S/A**  
**GOIÂNIA - GO**

**Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOÍAS S/A (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

**Investimentos**

A **COMPANHIA**, em 31 de dezembro de 2018 possui contabilizado em Participações Societárias e Controladas e Coligadas o valor de R\$ 223.068.171. Os controles apresentados pela Administração referente a contabilização e conciliação dos valores registrados que compõem os saldos da referida conta, não foram suficientes para concluir quanto à adequação dos valores contabilizados e aos efeitos das distorções nas demonstrações contábeis.

**Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2018, a **COMPANHIA** possui registrado, na rubrica "Imóveis", o montante de R\$ 6.000.000,00, relativo a um terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A. A **COMPANHIA** não efetuou sobre este item, teste de recuperabilidade (impairment), conforme determina a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Não obtivemos evidências suficientes que suportem a contabilização. Não nos foi possível concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor contabilizado, em razão da não aplicação das normas acima mencionadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **COMPANHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2019

**MACIEL AUDITORES S/S**  
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP  
**LUCIANO GOMES DOS SANTOS**  
1CRC RS 059.628/O-2

Responsável Técnico

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo signatários membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – **GOIASPARCERIAS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, e embasadas nas Demonstrações Financeiras, nas Notas Explicativas e no Parecer e no Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes da "Maciel Auditores S/S", tecemos a seguintes observações:

- Ao contrário do que afirma o Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 6.000.000 relativo ao terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A, não foi reclassificado para a conta "Imobilizado" (1.2.3), tendo permanecido no Balancete Analítico de janeiro a dezembro de 2018 no grupo de "Investimentos" (1.2.2), subgrupo "Imóveis" (1.2.2.02);
- Não obstante, está evidenciado em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da GOIASPARCERIAS (31 dezembro de 2018 e 2017), item "7.2" "Propriedades para Investimento" que o referido ativo não está formalmente registrado em cartório como propriedade da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, não sendo possível comprovar o seu controle;
- Tendo em vista a circunstância evidenciada no item anterior, a qual também foi objeto de ressalva no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2017, bem como a recorrência na ausência da realização do teste de recuperabilidade (impairment) apontado, resta impossível a determinação do possível benefício econômico esperado do ativo em tela, motivo pelo qual o seu registro como está realizado não pode ser aceito;
- Ademais, quanto aos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas" também descrito nas Demonstrações Financeiras da GOIASPARCERIAS (31 dezembro de 2018 e 2017), assim como descrito no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, entendemos não terem sido apresentadas informações e documentos suficientes para concluir sobre a manutenção/validação do valor apresentado em dois anos subsequentes relativo ao custo de aquisição das participações nas empresas investidas (SANEAGO, CEASA e CODEGO), tampouco sobre a não necessidade de avaliação pela equivalência patrimonial ou quanto à determinação do método utilizado para avaliação do investimento.

Por todo o exposto, firmam que as demonstrações da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não se encontram em ordem, tampouco expressam a real situação financeira da Companhia, motivo pelo qual opinam pela sua reprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

GOIÂNIA- GO, 13 de Maio de 2019.  
**FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES**  
CONSELHEIRO  
**PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES**  
CONSELHEIRO  
**GILSON GERALDO VALERIO DO AMARAL**  
CONSELHEIRO